



JUDICIÁRIO

Ultimato sobre farra de penduricalhos

Ministros do STF fixam prazo de 48 horas para que sete tribunais de Justiça, inclusive o do Distrito Federal, expliquem os pagamentos remuneratórios e indenizatórios a magistrados em descumprimento dos parâmetros estipulados pela Corte

» RENATO SOUZA
» IAGO MAC CORD

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou ontem que os presidentes dos tribunais de Justiça de seis estados e do Distrito Federal detalhem os pagamentos feitos a magistrados da ativa e aposentados entre abril e julho deste ano. A suspeita é de que foram autorizados, irregularmente, valores referentes a penduricalhos.

O prazo para o envio das informações ao Supremo é de 48 horas. A ordem foi expedida pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes, relatores das ações sobre o tema, protocoladas na Corte.

A determinação vale para as Cortes de Goiás, Distrito Federal, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rondônia. No despacho, o ministro Flávio Dino ameaça remover do cargo os presidentes dos tribunais que estiverem descumprindo regras do STF que limitaram os pagamentos acima do teto constitucional.

“Os presidentes dos referidos tribunais deverão ser intimados, inclusive por meios eletrônicos, imediatamente. A configuração de qualquer tipo de descumprimento às determinações do STF, quanto aos limites estabelecidos, poderá ensejar afastamento do cargo e promoção da responsabilidade penal, civil e disciplinar”, escreveu.

Tanto Dino quanto os demais ministros determinam que sejam enviadas ao Supremo informações detalhadas sobre os valores e as verbas remuneratórias e indenizatórias pagas individualmente a cada magistrado da ativa, aposentado e pensionista nos meses de abril, maio, junho e julho de 2026. Também deverão juntar aos autos cópias das respectivas folhas de pagamento.

Na decisão, Moraes cita notícia divulgada pela **Imprensa** ontem de que alguns tribunais teriam autorizado pagamentos remuneratórios e indenizatórios em desacordo com os parâmetros definidos pelo Supremo. Diante da

Reprodução/Instagram



Os ministros Flávio Dino e Alexandre de Moraes estão entre os magistrados relatores de ações sobre o tema protocoladas no Supremo

Violação

Segundo reportagem publicada pela Folha de S.Paulo, esses tribunais violaram a decisão do STF que limitou os pagamentos de verbas remuneratórias e indenizatórias ao máximo de 70% do teto do funcionalismo público, o que equivaleria a aproximadamente R\$ 78 mil. Essas Cortes, no entanto, teriam pagado valores superiores a R\$ 400 mil a alguns juízes em maio.

informação, determinou a adoção imediata de providências para verificar eventual descumprimento da decisão da Corte.

Antecipação

Em outra frente que abre caminhos para o pagamento de penduricalhos de maneira retroativa, o corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, autorizou o pagamento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) a magistrados de todo o país por meio de um provimento assinado no último dia 26, antecipando-se à conclusão do julgamento sobre o tema no STF, que ocorreu apenas quatro dias

depois, em 30 de junho. A autorização ocorreu nos momentos finais da gestão de Campbell na Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que será assumida pelo ministro Benedito Gonçalves.

O benefício, que poderá ser pago de maneira retroativa, consiste em um acréscimo de 5% na remuneração a cada cinco anos de exercício efetivo, com um teto limitado a 35% do salário. Embora o privilégio tenha sido extinto em 2006, Campbell fundamenta sua decisão no argumento de que os magistrados preservaram esse direito por meio da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VP-NI), e que o Judiciário deve agora

ressarcir os valores referentes ao hiato entre a extinção do adicional e a efetiva implementação da VP-NI por tribunal.

O impacto financeiro é expressivo, embora a Corregedoria não tenha apresentado uma estimativa oficial detalhada sobre o custo total da medida. Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2023 apontam que, apenas no âmbito da Justiça Federal, o passivo acumulado supera os R\$ 870 milhões.

Ao integrar os demais ramos do Judiciário, projeta-se que o montante total ultrapasse a marca de R\$ 1 bilhão. Apesar de o Supremo ter liberado os pagamentos, em



A configuração de qualquer tipo de descumprimento às determinações do STF, quanto aos limites estabelecidos, poderá ensejar afastamento do cargo e promoção da responsabilidade penal, civil e disciplinar”

Flávio Dino,
ministro do STF

julgamento encerrado no dia 30, a Corte impôs uma condicionante importante: a Corregedoria do CNJ tem um prazo de 30 dias para apresentar a relação completa das verbas e gratificações reconhecidas administrativamente antes de março, a fim de validar se atendem à nova tese jurídica estabelecida.

Do ponto de vista técnico, para lançar mão do ato, como o de Campbell, é preciso estabelece critérios rigorosos para a apuração dos valores. A base de cálculo deve ser composta pelas parcelas remuneratórias da época, obrigatoriamente respeitando o teto constitucional do funcionalismo público vigente em cada mês — para referência, esse teto era de R\$ 39 mil em 2023 e subiu para R\$ 46 mil atualmente.

Além disso, as regras proíbem a quitação isolada de juros ou correção monetária, exigindo que os tribunais sigam a ordem cronológica de antiguidade da dívida. A medida também determina que o décimo-terceiro salário e as vantagens de férias sejam recalculados proporcionalmente ao valor do ATS devido em cada período.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Flávio tenta virar o jogo do tarifaço, mas pode aprofundar seu desgaste

As audiências públicas sobre o tarifaço a ser aplicado às exportações brasileiras pelo presidente Donald Trump foram transformadas em palanque eleitoral pelo senador Flávio Bolsonaro (PL), candidato à Presidência da República, que tenta desfazer a imagem de que o bolsonarismo apoiou ou, no mínimo, estimulou as medidas da Casa Branca contra empresas brasileiras. O Itamaraty acompanha as audiências, mas não participará formalmente, a não ser com observadores, porque privilegia as negociações técnicas entre os dois governos, que atravessam um momento de turbulência, mas não foram de todo interrompidas. Ou seja, não queimou os navios.

Em Washington, ao mesmo

tempo em que tenta se apresentar como defensor dos exportadores brasileiros, Flávio Bolsonaro precisa administrar o passivo político acumulado por sua própria família nesse assunto. Seu irmão, Eduardo Bolsonaro, hoje radicado nos Estados Unidos, e seu aliado Paulo Figueiredo, neto do ex-presidente João Figueiredo, foram defensores assumidos da linha de pressão de Trump contra o governo Lula e acabaram associados ao ambiente político que favoreceu a escalada tarifária. Agora, com a crise comercial no centro da disputa presidencial, essas declarações vêm sendo exumadas e usadas pelo Planalto contra Flávio Bolsonaro.

A ida de Flávio à audiência pública do Escritório do Representante de

Comércio dos Estados Unidos (US-TR) foi desenhada como operação de contenção de danos, mas pode se tornar uma armadilha política. Seu objetivo é não entrar na campanha de 2026 com a pecha de “traidor da pátria”, sendo corresponsável por uma agressão econômica a setores estratégicos do agronegócio, da indústria e da pauta exportadora brasileira.

A operação do candidato de oposição é arriscada, porque, em vez de apagar o rastro anterior, pode reavivar a memória das posições adotadas pelo bolsonarismo ao longo do conflito com o governo Lula e reforçar a acusação de oportunismo. Flávio se enrolou ainda mais ao defender, na prática, que a entrada em vigor das novas tarifas fosse adiada até depois das eleições brasileiras, sob o argumento de que a medida poderia favorecer politicamente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A declaração foi politicamente desastrosa. Deslocou o debate do terreno econômico e diplomático para a disputa eleitoral, como se o problema central não fosse o impacto sobre

empresas, empregos e exportações, mas sim o efeito da sobretaxa no resultado da eleição presidencial. Deu para Lula o argumento de que Flávio não discute a legitimidade das tarifas nem a defesa do interesse nacional, mas apenas calibrar o calendário de implementação das tarifas para não prejudicar sua eleição.

Foro de negociação

Lula sentiu o cheiro de animal ferido na floresta. Trabalha para colar no clã Bolsonaro a responsabilidade política pelo tarifaço, ainda que a decisão formal pertença à Casa Branca. A narrativa oficial é a de que a investigação comercial americana e a retórica punitiva contra o Brasil foram fomentadas pelo clã Bolsonaro por meio de seus interlocutores nos Estados Unidos.

O ministro do Desenvolvimento, Márcio Elias Rosa, não tirou por menos. Disse que a ida de Flávio à audiência é “ineficaz” e “pouco sincera”. A crítica resume a percepção do governo. A audiência virou extensão

da campanha presidencial, para demonstrar ao empresariado e ao eleitor conservador brasileiros que Bolsonaro 01 tem trânsito em Washington e capacidade de interlocução com a direita americana. Busca ser uma ponte privilegiada com o trumpismo, para transformar em ativo aquilo que, até aqui, tornou-se passivo eleitoral: a afinidade ideológica da família com o governo dos EUA.

Para Lula, a crise oferece uma clivagem favorável ao governo. Em vez de se limitar ao embate ideológico clássico entre petismo e bolsonarismo, o Planalto tenta reposicionar a discussão em termos de soberania econômica e defesa do interesse nacional. O bolsonarismo deixa de ser apenas adversário interno e passa a ser retratado como força disposta a tolerar — ou até estimular — medidas de um governo estrangeiro contra empresas e trabalhadores brasileiros, desde que isso enfraqueça o Palácio do Planalto.

Esse ataque alcança segmentos refratários à reeleição de Lula do agro e da indústria que têm peso

regional, influência política e aversão a aventuras que atinjam seus negócios. Mas a outra dimensão do problema, mais importante, é a negociação técnica, que está sendo atropelada pelo debate eleitoral. O Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento sustentam que o espaço real de negociação não é a audiência pública, mas as conversas bilaterais e reservadas mantidas com a administração americana.

A opção do governo brasileiro de não participar formalmente das audiências, enviando apenas observadores, decorre dessa avaliação. As sessões do USTR servem para ouvir importadores, exportadores, associações setoriais, consultorias e representantes empresariais. Mas não são o foro de um acordo entre os governos. A aposta do Itamaraty brasileira é demonstrar, nas tratativas técnicas, que a relação comercial com os Estados Unidos não se enquadra na lógica punitiva sugerida pelo USTR e que o tarifaço, além de politicamente contraminado, é economicamente contraproducente.